



**Diário Oficial**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**  
**Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975**

**ANO**

ALHANDRA ESTADO DA PARAÍBA, EM 28 DE MAIO DE 2004

**Nº****ATOS DO PODER EXECUTIVO**

LEI Nº 330/2004, de 28 de maio de 2004.

Estabelece as diretrizes para elaboração do Orçamento Municipal do exercício financeiro do ano 2005.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I****DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 1º** – São diretrizes orçamentárias gerais às instruções que se observarão a seguir, para elaboração do Orçamento do Município de Alhandra para o exercício financeiro do ano 2005.

**SEÇÃO I****DAS RECEITAS MUNICIPAIS**

**Art. 2º** – Compõem-se as receitas municipais de:

- I – tributos próprios diretos;
- II – provenientes de atividades econômicas e de serviços;
- III – transferências constitucionais, legais, e voluntárias;
- IV – empréstimos e financiamentos;

**Art. 3º** – Para estimativa da receita serão considerados os fatores conjunturais, a carga de trabalho para o serviço remunerado, as alterações da legislação tributária.

**Art. 4º** – O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos e taxas de sua competência, inclusive a receita originária de serviços administrados pelo Município por delegação de instituições públicas ou privadas, na forma conveniada.

**Art. 5º** – As receitas provenientes de convênios serão estimadas no Orçamento do Município com base na projeção estabelecida pelo órgão repassador ou de acordo com documentos apresentados que assegurem a liberação dos recursos.

**Art. 6º** – A receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e

Valorização do Magistério – FUNDEFVM, constituída de acordo com a Legislação pertinente, será prevista no Orçamento tendo como base de cálculo o número de alunos do Município matriculados no exercício anterior e aprovado pelo Ministério da Educação e do Desporto vezes o valor per capita do Estado.

**SEÇÃO II****DOS GASTOS MUNICIPAIS**

**Art. 7º** – Os gastos municipais são aqueles destinados à realização das atribuições inerentes aos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

**Art. 8º** – Para fixação dos gastos municipais deverão ser observados os fatores conjunturais, a carga de trabalho, a receita do serviço quando este for remunerado, os gastos de pessoal de acordo com a política salarial estabelecida pelo governo municipal, considerando-se como base preços de junho de 2004.

**Art. 9º** – Os gastos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, serão fixados no Orçamento Municipal de acordo com as mesmas regras e critérios técnicos estabelecidos no art. 8º, observando-se a legislação específica.

**Art. 10º** – Na fixação e aplicação dos recursos de 25% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, ficam proibidas despesas com:

- I – distribuição de merenda escolar;
- II – assistência a estudantes;
- III – realização de obras de infra-estrutura na rede escolar;
- IV – pessoal em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- V – outras atividades desvinculadas do ensino municipal;



**Diário Oficial**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**  
**Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975**

ANO

ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA, EM 28 DE MAIO DE 2004

Nº

**SEÇÃO III**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 11)** – As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2005, especificados de acordo com o Plano Plurianual de 2002/2005, encontram-se detalhadas em anexos a esta Lei.

**CAPÍTULO II**  
**DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

**Art. 12)** – O Orçamento Municipal compreenderá as receitas e despesas da administração, inclusive as provenientes de convênios, de modo a expressar as políticas e programas do governo.

**Art. 13)** – A previsão da receita e a fixação da despesa no orçamento municipal terão como princípio o equilíbrio, de modo a evitar o déficit das contas do Município.

**Art. 14)** – Constará do orçamento municipal reserva de contingência no limite de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida com a finalidade de:

- a) atender passivos contingentes;
- b) atender despesas com fatos extraordinários que representem riscos à vida, à saúde ou à segurança da população.

**Art. 15)** – Na programação orçamentária o detalhamento da despesa será feito por unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto/atividade com os respectivos elementos de despesa.

**Art. 16)** – A discriminação da receita no orçamento será feita por categorias econômicas, subcategorias, fontes, subfontes, itens, subitens, de forma a demonstrar a sua caracterização constante na legislação.

**Art. 17)** – Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério serão fixados no orçamento municipal, em separado, indicando em cada projeto ou atividade o título “à conta FUNDEF”, para atender o disposto na legislação específica.

**Art. 18)** – É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações a título de:  
I – subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que prestem serviços essenciais e de assistência social, médica e educacional;  
II – doações financeiras para cobrir necessidades de pessoas físicas, exceto, para pessoas

justificadamente carentes.

**Parágrafo Único** – A destinação de recursos para pessoas carentes e subvenções sociais deverá ser autorizada através de lei municipal específica.

**Art. 19)** – Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos da administração do Município, suas administrações indiretas e seus fundos especiais.

**Art. 20)** – Constará do orçamento municipal:

- I – autorização para abertura de créditos suplementares;
- II – autorização para a realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.

**Art. 21)** – Na Lei Orçamentária Anual poderá constar na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, devendo conter, demonstrativos especificando, por operações de crédito, as dotações a nível de projetos financiados.

**Art. 22)** – O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo no Prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, e será composto de:

- I – texto do Projeto da Lei;
- II – tabelas explicativas das estimativas de receita e despesa;
- III – sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo;
- IV – quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 1, da Lei nº 4.320/64);
- V – quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- VI – resumo geral da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo 2, da Lei nº 4.320/64);
- VII – quadros das dotações por órgãos do governo e da Administração;
- VIII – quadros demonstrativos do detalhamento da despesa – QDD;



**Diário Oficial**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**  
**Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975**

ANO

ALHANDRA ESTADO DA PARAÍBA EM, 28 DE MAIO DE 2004

Nº

IX – quadros demonstrativos da despesa, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei nº 4.320/64;  
X – resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;  
XI – demonstrativo da compatibilidade do orçamento proposto com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 23)** – A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**CAPITULO III**  
**DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 24)** – Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo com base nos limites nela fixados, divulgará o Cronograma Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação para o exercício de 2005.

**Art. 25)** – Na execução do orçamento os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a tomar as medidas corretivas necessárias para manutenção do equilíbrio fiscal, limitando a emissão de empenhos de conformidade com os recursos efetivos do exercício, observando como prioridades:

- I – as despesas com pessoal e encargos;
- II – as despesas com o principal e encargos da dívida;
- III – as despesas provenientes de convênios;
- IV – as despesas de conservação do patrimônio público.

**Art. 26)** – O poder Executivo Municipal efetuará, mensalmente, os repasses de recursos para a Câmara Municipal de acordo com os limites definidos na Emenda Constitucional nº 25, de 15 de fevereiro de 2000.

**Art. 27)** – A abertura de créditos adicionais dependerá da existência de recursos disponíveis, não poderá ser utilizada anulação de dotação orçamentária comprometida.

**CAPITULO IV**  
**DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 28)** – O Poder Executivo poderá realizar no exercício de 2005 o seguinte:

- I – atualização ou elaboração do código tributário municipal para adequá-lo a nova sistemática tributária nacional;
- II – melhoramento do serviço de arrecadação dos tributos municipais com adoção de medidas para motivar o contribuinte ao pagamento e evitar evasão de receita.

**CAPITULO V**  
**DA POLÍTICA DE PESSOAL**

**Art. 29)** – No exercício financeiro de 2005 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 30)** – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

**Art. 31)** – Poderão os Poderes Executivo e Legislativo promoverem aumento ou reajustamento nos salários dos servidores, bem assim, criarem cargos, empregos e funções ou alterações de estrutura de carreiras admissão e contratação de pessoal, observando os critérios de que trata o art. 169 § 1º da Constituição Federal.

**CAPITULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 32)** – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 33)** – A alocação de recursos na Lei Orçamentária será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

97





Diário Oficial  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**  
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO

ALHANDRA ESTADO DA PARAÍBA, EM 28 DE MAIO DE 2004

Nº

**Art. 34)** – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

**Art. 35)** – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

**Art. 36)** – Caso a Câmara de Vereadores não devolva o Orçamento do Município para sanção no prazo legal, o Poder Executivo poderá executar a sua programação em até o limite de um doze avos por mês, do valor fixado em cada dotação.

**Art.37)** – Em cumprimento ao disposto no Art. 48º da Lei Complementar 101/2000, o projeto de lei orçamentária do Município de Alhandra, relativo ao exercício de 2005, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 38)** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, são revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alhandra-PB, Em 28 de maio de 2004.

  
(Atalides Mendes Pedrosa)  
(Prefeito Municipal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA  
L D O - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS  
ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO	META P/2003	REALIZADO/2003	DIFERENÇA
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
RECEITA TRIBUTÁRIA			
IMPOSTOS	142.870,00	160.786,02	17.916,02
TAXAS	47.020,00	5.754,40	(41.265,60)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	220.000,00	341.721,73	121.721,73
RECEITA PATRIMONIAL			
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	47.316,00	63.079,07	15.763,07
RECEITA DE SERVIÇOS	25.620,00	24.439,00	(1.181,00)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	7.471.226,00	8.254.878,18	783.652,18
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	101.030,00	239.909,78	138.879,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	2.112,24	2.112,24
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	36.000,00	-	(36.000,00)
RECEITAS DIVERSAS	13.220,00	4.103,04	(9.116,96)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	3.180,00	3.180,00
DEDUÇÃO DA RECEITA P/FORMAÇÃO DO FUNDEF	(756.698,00)	(852.570,68)	(95.872,68)
<b>RESULTADO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>7.347.604,00</b>	<b>8.247.392,78</b>	<b>899.788,78</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
PESSOAL E ENCARGOS			
APLICAÇÕES DIRETAS			
APONSETADORIAS E REFORMAS	115.000,00	135.180,74	
PENSÕES	6.000,00	8.640,00	
SALÁRIO-FAMÍLIA	4.000,00	924,00	
VENCIMENTOS E V. FIXAS-P.CIVIL	2.358.560,00	2.842.012,69	483.452,69
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	374.400,00	661.906,38	287.506,38
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00	-	
OUTRAS D. P. DEC. CONT. TERCERIZAÇÃO	542.900,00	700.869,20	157.969,20
SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000,00	-	
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	15.400,00	93.011,64	77.611,64
RESSARCIMENTO DESP. PESSOAL REQUESITADO			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
TRANSF. INST. P. S/FINS LUCRATIVOS			
CONTRIBUIÇÕES	3.000,00	4.679,00	1.679,00
APLICAÇÕES DIRETAS			
PENSÕES	4.340,00	2.520,00	
DIÁRIA-CIVIL	16.000,00	2.992,05	(13.007,95)
MATERIAL DE CONSUMO	973.402,00	1.404.704,57	431.302,57
MATERIAL DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	259.600,00	94.263,50	(165.336,50)
PASSAGENS DESP. LOCOMOÇÃO	1.000,00	-	(1.000,00)
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.000,00	-	(2.000,00)
OUTROS SERVIÇOS TERC. P. FÍSICA	997.752,00	1.209.401,49	211.649,49
OUTROS SERVIÇOS TERC. P.JURÍDICA	516.700,00	665.227,56	148.527,56
OBRIGAÇÕES T. E CONTRIBUTIVAS	48.700,00	43.240,79	(5.459,21)
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	7.000,00	1.674,08	(5.325,92)
OUTROS AUX. F. A PESSOAS FÍSICAS	105.000,00	134.182,61	29.182,61
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
INVESTIMENTOS			
APLICAÇÕES DIRETAS			
OBRAS E INSTALAÇÕES	236.500,00	62.750,50	(173.749,50)
EQUIPAMENTOS E M. PERMANENTE	52.000,00	107.858,24	55.858,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
APLICAÇÕES DIRETAS			
SENTENÇAS JUDICIAIS			
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	491.900,00	93.860,73	(398.039,27)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	128.050,00	-	(128.050,00)
<b>RESULTADO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>7.261.204,00</b>	<b>8.269.899,77</b>	<b>992.771,03</b>
<b>RESULTADO ORÇAMENTARIO DO EXERCICIO</b>	<b>86.400,00</b>	<b>(22.506,99)</b>	

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PRIORIDADES E METAS PARA 2005


FUNÇÃO: 01 -- Legislativa

PROGRAMA: 1001 - Serviços Legislativos

OBJETIVO: Dar sustentação ao bom funcionamento do poder Legislativo.

AÇÕES	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR
01. Repasses de recursos financeiros para Câmara Municipal	Órgão	01	390.000,00
TOTAL			390.000,00

  
 Manoel da Costa  
 CT 506.1429

  
 Alairdes Mendes Pedrosa  
 PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**PRIORIDADES E METAS PARA 2005**

**FUNÇÃO: 08 - Assistência Social**

**PROGRAMA: 2002 – Assistência Social para Família**

**OBJETIVO: Proteger as famílias carentes residentes no município.**

<b>AÇÕES</b>	<b>UNIDADE MEDIDA</b>	<b>META</b>	<b>VALOR</b>
01. Proporcionar assistência às pessoas carentes.	Pessoa	3.600	100.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>100.000,00</b>

  
**JOSÉ NUNES DA COSTA**  
CT. CRC/MTB

  
**Aldes Mendes Padua**  
PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

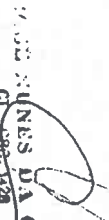
**PRIORIDADES E METAS PARA 2005**

**FUNÇÃO: 04 – Administração**

**PROGRAMA: 1002 – Apoio Administrativo**

**OBJETIVO: Garantir o desempenho da prestação dos serviços administrativos.**

<b>AÇÕES</b>	<b>UNIDADE MEDIDA</b>	<b>META</b>	<b>VALOR</b>
01. Despesa com manutenção do Prédio da Prefeitura, em virtude do aumento da sua área.	Perc.	100%	28.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>28.000,00</b>

  
VALDEIR NUNES DA COSTA  
CP. 080.7128

  
Ataide Mendes Pedrosa  
PREFEITO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PRIORIDADES E METAS PARA 2005

FUNÇÃO: 10- Saúde

PROGRAMA: 2003-Saúde para todos

OBJETIVO: Promover o desenvolvimento dos Serviços da Saúde Pública.

AÇÕES	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR
01. Despesas de manutenção do Centro de Saúde	Perc.	100%	45.000,00
TOTAL			45.000,00

JOSE NUNES DA COSTA  
CT CRC 428

Alaides Mendes Pedrosa  
PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PRIORIDADES E METAS PARA 2005

FUNÇÃO: 12 – Educação

PROGRAMA: 2004 – Escolas para todos

OBJETIVO: Ampliar o ensino Fundamental para atender todos jovens residente no Município.

AÇÕES	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR
01. Treinamento de professores Municipais.	Prof.	210	23.000,00
02. Despesa de manutenção de escolas municipais em virtude do aumento da área física.	Perc.	100%	30.000,00
03. Despesas de manutenção do veículo de estudantes.	Perc.	100%	25.000,00
TOTAL			78.000,00

JOSÉ NUNES DA COSTA  
 CT. CMC 1729

Alaide Mendes Padrosa  
 PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**PRIORIDADES E METAS PARA 2005**

**FUNÇÃO: 12 – Educação**

**PROGRAMA: 2005-Alimentação na Escola**

**OBJETIVO: Fornecimento de alimentação para os alunos que freqüentam as escolas municipais.**

<b>AÇÕES</b>	<b>UNIDADE MEDIDA</b>	<b>META</b>	<b>VALOR</b>
01. Distribuição de merenda escolar.	Aluno	3.800	111.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>111.000,00</b>

JOSE NUNES DA CUSIA  
CR. 166.128

Aldo Mendes P. da Rosa  
PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PRIORIDADES E METAS PARA 2005

FUNÇÃO: 15 – Urbanismo

PROGRAMA: 2009 – Desenvolvimento urbano

OBJETIVO: Criar condições para melhorar o bem social da comunidade.

AÇÕES	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR
01. Eletrificação rural	Km	02	14.000,00
02. Pavimentações em ruas e avenidas	M2	5.000	54.000,00
03. Despesas de manutenção e conservação de ruas e avenidas.	Perc. ,	100%	10.000,00
04. Despesas de manutenção das novas redes elétricas.	Perc.	100%	3.000,00
05. Despesas de manutenção de uma Praça.	Perc.	100%	5.000,00
05. Despesas de manutenção do Cemitério Pública.	Perc.	100%	3.000,00
TOTAL			89.000,00

JOSE NUNES DA COSTA  
Cf. 690-442

Atalides Mendes Rodrigues  
PREFEITO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

PRIORIDADES E METAS PARA 2005

FUNÇÃO: 17 – Saneamento

PROGRAMA: 2010 – Proteção a Saúde

OBJETIVO: Prevenir os habitantes de doenças contagiosas.

AÇÕES	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR
01. Construção de esgotos.	ML	1.000	27.000,00
02. Despesas de manutenção do sistema de esgoto.	Perc.	100%	3.000,00
TOTAL			30.000,00

JOSE NUNES DA COSTA  
CT. SANCIONADO

Alacides Mendes Pedrosa  
PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

PRIORIDADES E METAS PARA 2005

FUNÇÃO: 20 - Agricultura

PROGRAMA: 3001 - Desenvolvimento da Agricultura

OBJETIVO: Promover o crescimento e distribuição de alimentos no Município.

AÇÕES	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR
01. Proporcionar assistência a agricultores e meeiros.	Agric. Perc.	400 100%	36.500,00 20.000,00
02. Despesas de manutenção do Matadouro Municipal.			
TOTAL			56.500,00

JOSE NUNES DA COSTA  
CT. CR. 102

Alcides de Oliveira  
Secretário